

A importância do paradigma crítico-pragmático para as pesquisas do campo dos estudos organizacionais

BRUNO FRANCISCO BATISTA DIAS*

Resumo: Discutir paradigmas que orientam a produção do conhecimento científico no campo dos estudos organizacionais se faz necessário quando as limitações epistemológicas existentes não são capazes de atender as demandas de conhecimento requeridas pela sociedade. Nesse sentido, tendo como base a necessidade cada vez maior de se desenvolver pesquisas com impacto social, este ensaio discute os problemas atuais existentes nesse campo de conhecimento e sugere o paradigma crítico-pragmático, como uma terceira via entre o racionalismo puro e o pragmatismo instrumental. O enfoque geral do debate consiste em materializar, pelas discussões paradigmáticas, a atuação do pesquisador do campo como um sujeito que seja capaz de ter uma íntima relação entre teoria e prática, agindo na construção de um projeto de sociedade alternativo ao existente.

Palavras-chave: Estudos organizacionais; Paradigma crítico-pragmático; Impacto social.

The critical-pragmatic paradigm and the need to say that the organizational researcher is not a philosopher

Abstract: Discussing paradigms that guide the production of scientific knowledge in the field of organizational studies is necessary when the existing epistemological limitations are not able to meet the knowledge demands required by society. In this sense, based on the growing need to develop research with social impact, this essay discusses the current problems in this field of knowledge and the critical-pragmatic paradigm, as a third way between pure rationalism and instrumental pragmatism. The general focus of the debate is to materialize, through paradigmatic functions, the role of the field researcher as a subject who is capable of having an intimate relationship between theory and practice, a project acting in the construction of an alternative society to the existing one.

Key words: Organizational studies; Critical-pragmatic paradigm; Social impact.



* BRUNO FRANCISCO BATISTA DIAS é Doutorando pelo PPGA/Unigranrio (Duque de Caxias-RJ).

Introdução

Em 1965, foram instituídos oficialmente os cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, que, a partir de então, passam a ter como objetivo a formação de profissionais para atuarem no magistério superior e no desenvolvimento científico nacional (CAPES, 2020a).

Desde então, especificamente no que tange o processo de formação de pesquisadores, há uma demasiada preocupação em formar sujeitos capazes de desenvolverem pesquisas academicamente relevantes, cujo critério, predominante, de relevância considerando é o impacto acadêmico, entendido como o número de citações que determinado escrito recebe ao longo dos anos (MACHADO e BIANCHETTI, 2011; DE FARIAS JÚNIOR, 2020). Assim, uma pesquisa pode ser tida como significativamente relevante em termos acadêmicos, pois foi constantemente referenciada por outras publicações, mesmo que esteja totalmente desconexa com a realidade (LATOURET, 1987).

Tal preocupação, pode ser explicada pela atenção dada pelos Programas de Pós-Graduação (PPG) para atenderem as regras de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Regras tais que preconizam a produção e publicação em periódicos, em detrimento de se fomentar a atuação do pesquisador como um sujeito que trabalha em prol de soluções aos reais problemas da sociedade. Como aponta Patrus e Lima (2014, p. 9) “como muitas possibilidades de financiamento estão associadas à nota alcançada na avaliação da CAPES, a gestão do programa passa a regular-se pelo que a CAPES estabelece como critério de avaliação”.

Dada essa realidade, nas últimas décadas o debate para buscar uma virada acadêmica tem-se orbitado no sentido de se construir um modelo de formação e atuação nos PPG's que contemplem a pesquisa como prática transformadora e intervencionista da sociedade. Para isso, faz-se necessário o devido envolvendo da prática de pesquisa com as questões sociais, políticas e culturais, relativas ao contexto em que o pesquisador se encontra inserido (LAZZARINI, 2017; TONELLI e ZAMBALDI, 2018; MAGNIN et al. 2020).

Diante do crescimento desse sentimento, isto é, de formar pesquisadores engajados em entender os problemas sociais e capazes de encaminhar soluções científicas que condizem com as reais necessidades da sociedade, a CAPES, finalmente, positivou o “impacto” como critério avaliativo para o quadriênio de 2021-2024. Em seus próprios termos, assim definidos:

Além da produção intelectual e a formação qualificada de profissionais, os impactos sociais, econômicos, ambientais e tecnológicos produzidos pelos PPGs devem adquirir peso significativo dentre os critérios de avaliação. Assim, a inserção social deve ser valorizada: pesquisa aplicada à sociedade que gere melhoria da qualidade de vida da população e gere impacto em segmentos da sociedade, mercados ou organizações que deve ser aferido e valorizado (CAPES, 2020b, p.16)

Tais mudanças para o quadriênio de 2021 a 2024 são defendidas na argumentação de Filho e Verschoore (2020, p. 39), que afirmam que “a modalidade pode ter papel importante na manutenção da legitimidade da pós-graduação *stricto sensu* ao tornar mais evidente o potencial de inclusão da sociedade como beneficiária da ciência”.

Entretanto, ainda paira no ar, entre pesquisadores e discentes, como alinhar a pesquisa no campo organizacional com o viés de se gerar impacto para além do acadêmico. Tal questionamento, que orbita o debate atual do campo, é o tema central a ser debatido nesse ensaio, que assume como premissa a necessidade de se adotar o paradigma crítico-pragmático como um caminho para se buscar o impacto social nas pesquisas organizacionais, especificamente, no que tange as pesquisas organizacionais.

O paradigma crítico-pragmático como uma terceira via para a pesquisa organizacional

A administração como ciência social aplicada deveria estar focada na solução real das complexas problemáticas que envolvem as organizações. Portanto, o papel do pesquisador organizacional deveria ter como fim a transformação objetiva e subjetiva dessa realidade (QUEIROZ, 2015; SANTOS, SANTOS e BRAGA, 2016; SANTOS, 2017; SILVA e COSTA, 2019). Nesse sentido, o impacto impresso pela pesquisa e pela atuação do pesquisador desse campo pode ser, genericamente, entendido como sua contribuição efetiva para com a melhoria das práticas organizacionais, de modo que isto resulte em benefícios às organizações e que, também, seja capaz de gerar externalidades positivas humanas, econômicas e ambientais (WOOD JR. e DE MEDEIROS COSTA, 2015; WOOD JR. et al. 2016; TONELLI e ZAMBADDI, 2018).

Para que isso ocorra, é fundamental a aproximação do pesquisador organizacional com a sociedade, as instituições privadas e as públicas. Como afirma Lazzarini (2017, p. 624), “a academia realmente adicionará valor quando auxiliar essas organizações a compreender ou solucionar questões novas e cujo esforço analítico permitirá

melhor compreender determinados fenômenos aplicados”. Na mesma linha de pensamento, o trabalho de Ford (2003) já reforçava essa ideia ao propor que o sentido correto da prática de pesquisa em administração necessitava de uma forte interação entre universidades e organizações. Entretanto, o que se vem observando no campo de ensino e pesquisa da administração é a construção de uma lógica de atuação dos pesquisadores em dois extremos - ambos desconexos com a realidade das organizações, e por consequência, da transformação social (CASTRO, 1981; CHIA 2000; AKTOUF, 2005; PAULA e RODRIGUES, 2006; LAZZARINI, 2017; BOLZAN, FERNANDES e ANTUNES, 2019).

De um lado desse extremo, encontramos os pesquisadores inatistas (racionalistas) que se voltam para si mesmos e apenas para o próprio meio acadêmico, em um subjetivismo crítico absoluto, em que ele crê bastar pensar sobre o mundo – e criticá-lo, para que todos os problemas da sociedade se resolvam. Esses pensadores, partem do princípio de que é suficiente ao indivíduo “tomar consciência” para se libertar dos processos de opressão sistêmica (DELEUZE, 1992), cujas bases epistemológicas partem do “princípio de que caberia a poucos iluminados (intelectuais) compreender melhor a realidade do que os demais e que, portanto, haveria a insinuação de uma espécie de missão que objetivaria salvar as pessoas” (CAVALCANTI e ALCADIPAN, 2011, p. 559).

Por outro lado, no outro extremo, estão os empiristas lógicos que desenvolvem as suas pesquisas fortemente marcadas pela racionalidade instrumental e pelo cientificismo positivista, partindo de ideias tidas como verdades absolutas a

serem testadas estatisticamente e aplicadas de forma impositiva. Sem considerar o contexto e os indivíduos desse processo, as raízes desse pensamento pressupõem uma objetividade naturalista da realidade (CAVALCANTI e ALCADIPAN, 2011). Limitada a uma lógica de causa e efeito, esse atuar científico dicotomiza a teoria da prática, e tem como consequência a criação de produtos científicos ausentes de qualquer caráter crítico ou reflexivo da realidade (CARR e KEMMIS, 1988). Em palavras outras, nesse polo acadêmico se encontram aqueles que desconsideram o papel da ciência social como instrumento emancipador dos sujeitos (MORAES E MARIANO 2012; ABDALLA e BRITO, 2011; ABDALLA e FARIA, 2017).

Em conjunto, tanto as propostas inatistas e empiristas lógicas, aparentemente distantes em termos teóricos, na prática são trilhos que se unem para chegarem ao mesmo destino: construir uma ciência de pesquisadores burocráticos. Vale recordar que as linhas gerais das concepções burocráticas weberianas tem como princípio a preocupação com os meios como forma de alcançar a eficiência. Assim, o pesquisador “burocrata” busca a eficiência (produtividade acadêmica) em detrimento da efetividade (impacto social). Pois, quando os meios se tornam mais importantes que os fins, passamos a formar pesquisadores que fazem do seu campo de batalha lutas que se materializam somente em questões metodológicas expressas, muitas vezes, em bandeiras genéricas, cujos resultados das pesquisas em nada se materializam e se encontram distantes da prática organizacional.

Acreditamos que a virada contra essa polarização de extremos e a busca por uma pesquisa no campo organizacional preocupada com os fins, isto é, capaz de gerar impacto social, passam, obrigatoriamente, por um alinhamento ao pragmatismo crítico-reflexivo, em que o pesquisador se volta para uma prática ativa-reflexiva. Nesse modo de ver o mundo, o pesquisador se posiciona com uma postura prática-teórica em relação ao problema a ser investigado, defendida como uma abordagem que privilegia uma coerente e forte dialogicidade entre teoria e prática (BÖHM, 2002; MISOCZKY, FLORES e BÖHM, 2008; MISOCZKY, FLORES e MORAES, 2010). Em outros termos, o pesquisador, assumindo-se numa visão de mundo como a do Homem Parentético, de Guerreiro Ramos, coloca em parentes a realidade a que pertence, sem, porém, afastar-se dela ou negligenciá-la (RAMOS, 1984).

Recorrendo as bases clássicas desse paradigma, há que se detalhar que a ontologia da visão crítica pragmática aqui defendida tem como pressupostos a filosofia da *práxis* de Gramsci. Elaborada em sua obra prima, “Memórias do Cárcere”, o pragmatismo crítico gramsciano define o cientista como um experimentador, assim entendido como “um trabalhador, não um puro pensador, e o seu pensamento é continuamente controlado pela prática e vice-versa, até se formar a unidade perfeita de teoria e prática” (GRAMSCI, 1975, p. 1450). Um melhor entendimento dessas ideias pode ser bem obtido pela interpretação dada por Semeraro (2000), que ao decodificar os escritos da obra de Gramsci, nos ilumina afirmando que o indivíduo crítico pragmático proposto por Gramsci atua como sujeito da construção de um projeto hegemônico alternativo ao contexto social ao qual pertence.

Apesar da argumentação contrária ao paradigma crítico pragmático, descrevê-lo o como um modo de ver o mundo exageradamente instrumental, imediato e sem capacidade transformativa, por só considerar válido o conhecimento capaz de ser aplicado no tempo atual (MISOCZKY, FLORES e BÖHM, 2008; MISOCZKY & MORAES, 2017), tal avaliação limitada sobre o tema não merece prosperar nos estudos organizacionais. Essa argumentação crítica ao tema é equivocada, pois desconsidera o aspecto temporal da prática organizacional. Recorrendo ao notório pesquisador do tema, Schatzki (2005; 2006) nos revela que a pesquisa no campo da prática organizacional abarca tanto o tempo atual (objetivo) quanto o futuro (teleológico). Assim, a atuação crítica pragmática organizacional permite tanto (re)pensar as práticas atuais, como trabalhar na construção de uma ponte que enderece o praticado rumo ao idealizado. Como afirma Oliveira e Cavedon (2013, p. 159):

Essas duas temporalidades estão presentes no acontecimento organizacional, não sendo possível estabelecer uma clivagem do contexto socioeconômico, pautado na eficiência, ou disciplinar a temporalidade de modo que os sujeitos não possam atuar além dela, politizando as práticas.

Por consequência desse entendimento, afirmamos que o pesquisador que atua sob esse paradigma poderá ser um agente transformador das práticas organizacionais. Isto é, um sujeito que age em harmonia com as organizações, e não contra elas, tampouco, se sujeitando a suas vontades, colocando-se como um ator que interage constantemente de forma crítica com as organizações para transformar suas práticas e, conseqüentemente, da sociedade a que

pertence. Ressalta-se, ainda, que “as práticas contêm em si essa magia de mudar as realidades” (ALPERSTEDT e ANDION, 2017, p. 630), entretanto, quando ausentes de uma visão crítica, o seu exercício científico se limitara a uma atuação reproducionista das desigualdades sociais (MORAES, ANTUNES e DOVAL, 2009).

Nesse sentido, para que essa concepção represente uma ruptura com as metodologias racionalistas e empiristas lógicas é necessário que a organização e suas práticas sejam percebida em todo seu contexto histórico, político e humano, e não como um mero objeto de investigação ou intervenção. Para isso, a orientação epistemológica da pesquisa sob o paradigma crítico pragmático deve se dar através de uma racionalidade predominantemente substantiva. Conforme apresentado por Guerreiro Ramos (1995, p.23), “A razão é o conceito básico de qualquer ciência da sociedade e das organizações. Ela prescreve como os seres humanos deveriam ordenar a sua vida pessoal e social”. Por sua vez, a racionalidade substantiva ou da “ação comunicativa” é definida pelo autor como:

[...] uma teoria substantiva da vida humana associada é algo que existe há muito tempo e seus elementos sistemáticos podem ser encontrados nos trabalhos dos pensadores de todos os tempos, passados e presentes, harmonizados ao significado que o senso comum atribui à razão, embora nenhum deles tenha jamais empregado a expressão razão substantiva (RAMOS, 1995, p. 27).

Nessa linha, ao pautar suas ações pela Razão substantiva, o pesquisador contrapõe-se a ideia de uma teoria das organizações mecanicista, inflexível e desumanizada das organizações (MOTTA, 1970).

Concluindo com alguns questionamentos

Considerando que o campo dos estudos organizacionais em sua essência é uma ciência aplicada, retomamos nesse debate o alinhamento do pensar-fazer de forma crítica, apontando a incompletude de se ver o mundo de forma polarizada entre o racionalismo puro ou instrumentalismo. Ou seja, defendemos que não basta pensar e criticar o mundo, também é necessário transformá-lo. E como via a essa transformação sugerimos que o pesquisador adote como visão de mundo capaz de criar uma intimidade com o mundo real das organizações, sem privilegiar a teoria ou a prática, alinhada com a proposta defendida por Böhm (2002, p. 350) “Somente se a teoria, e prática, cumprir esse desafio, poderá fazer parte das lutas sociais por um mundo diferente”.

Seguindo as perspectivas apontadas, a defesa do paradigma crítico-pragmático que constrói esta pesquisa foi resultante de um silogismo da inserção do pesquisador neste campo de estudo, com concepções emergentes e humanistas, com base em uma teoria organizacional substantiva. Por fim, reconhecemos que o assunto está longe de se esgotar e requer debates constantes e aprofundados, por isso, encerramos a discussão com os seguintes questionamentos: A desejada transformação das organizações e da sociedade ser realizará apenas com a crítica a elas, ou pela transformação de suas práticas? Como o pesquisador seria capaz de criar novas práticas organizacionais, sem conhecer o contexto organizacional? Apenas quantificar ou criticar é suficiente para transformar?

Referências

- ABDALLA, Marcio Moutinho; BRITO, Patrícia Nunes. Reflexões sobre o (pseudo) antipositivismo na administração. In: **Iberoamerican Academy of Management Meeting**. 2011.
- ABDALLA, Márcio Moutinho; FARIA, Alexandre. Em defesa da opção decolonial em administração/gestão. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 4, p. 914-929, 2017.
- AKTOUF, Omar. Ensino de administração: por uma pedagogia para mudança. **Organização & Sociedade**, v. 12, n. 35, 151-159, out./dez.2005.
- ALPERSTEDT, Graziela Dias; ANDION, Carolina. Por uma pesquisa que faça sentido. **Revista de Administração de Empresas**, v. 57, n. 6, p. 626-631, 2017.
- BÖHM, Steffen. Movements of Theory and Practice. **Ephemera: Critical Dialogues on Organization**, v. 2, n. 4, p. 328-351, 2002.
- BOLZAN, Larissa Medianeira; FERNANDES, Domingos; ANTUNES, Elaine Di Diego. Concepções Avaliativas no Ensino Superior de Administração. **Revista Meta: Avaliação**, v. 11, n. 32, p. 376-405, 2019.
- CARR, Wilfred; KEMMIS, Stephen. **Teoría crítica de la enseñanza: la investigación-acción en la formación del profesorado**. Barcelona: Martínez Roca, 1988.
- CAVALCANTI, Maria Fernanda Rios; ALCADIPAN, RAFAEL. Em defesa de uma crítica organizacional pós-estruturalista: recuperando o pragmatismo foucaultiano-deleuziano. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 12, n. 4, p. 557-582, 2011.
- CASTRO, Cláudio de Moura. O ensino da administração e seus dilemas: notas para debate. **Rev. Administração de Empresas**, v. 21, n. 3, p. 58-61, 1981.
- CHIA, Robert. Teaching paradigm shifting in management education: uni- versity business schools and the entrepreneurial imagination. **Journal of Management Studies**, v. 33, n. 4, p. 409-428, 2000.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Sistema Nacional de Pós-Graduação. 2020a. Disponibilidade em: <<https://www.capes.gov.br/acesoainformacao/informacoes-classificadas/91-conteudo-estatico/avaliacao-capes/6871-caracterizacao-do-sistema-de-avaliacao-da-pos-graduacao-2020>> Acessado em: 10 ago. 2020a.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Proposta de Aprimoramento da Avaliação da Pós-Graduação Brasileira para o Quadriênio 2021-2024 – Modelo Multidimensional. 2020b. Disponibilidade em: <https://www.capes.gov.br/images/FICHA_AV_ALIACAO/Administra%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acessado em 10 ago. 2020b.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DE FARIAS JÚNIOR, Raimundo Sérgio. “Publish or perish”: o produtivismo acadêmico e o adoecimento docente. **Revista Cocar**, v. 14, n. 28, p. 644-663, 2020.

FORD, E. W. A pesquisa que faz diferença. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 4, p. 86-101, 2003.

FILHO, Edson Ronaldo Guarido; VERSCHOORE, Jorge Renato. Programas profissionais em administração no Brasil: reflexões sobre o amadurecimento institucional. **International Journal of Business Marketing**, v. 5, n. 2, p. 35-40, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Memórias do Cárcere**. Torino: Einaudi, Edição crítica de Valentino Gerratana, 1975.

LATOUR, Bruno. **Science in action: How to follow scientists and engineers through society**. Massachusetts: Harvard university press, 1987.

LAZZARINI, Sérgio. Pesquisa em Administração: Em busca de impacto social e outros impactos. **Revista de Administração de Empresas**, v. 57, n. 6, p. 620-625, 2017.

MACHADO, Ana Maria Netto; BIANCHETTI, Lucídio. (Des) fetichização do produtivíssimo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 3, p. 244-254, 2011.

MAGNIN, Luana Silvy de Lorenzi Tezza; FARIA, José Henrique de; PENTEADO, Raphael Camargo; TAKAHASHI, Adriana Roseli Wunsch. Produtivíssimo na pós-graduação em administração: posicionamentos dos pesquisadores brasileiros, estratégias de produção e desafios enfrentados. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 26, n. 2, p. 265-299, 2020.

MISOCZKY, Maria Ceci; FLORES, Rafael Kruter; BÖHM, Steffen. A práxis da resistência e a hegemonia da organização. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 45, p. 181-193, 2008.

MISOCZKY, Maria Ceci; FLORES, Rafael Kruter; MORAES, Joysi. **Organização e práxis libertadora**. Dacasa Editora, 2010.

MISOCZKY, Maria Ceci; MORAES, Joysi. **Organisation and liberating praxis social movement schools**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2017.

MORAES, Joysi; ANTUNES, Elaine Di Diego; DOVAL, Jorge Luís Moraes; SILVA, Fabiane Costa E. "Alice no País das Maravilhas": práticas organizacionais em uma empresa recuperada por trabalhadores. **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 50, p. 429-445, 2009.

MORAES, Joysi; MARIANO, Sandra Regina Holanda; MOURA, Eliabe. Darcy Ribeiro e a Democratização do Ensino Superior: perspectivas da EaD na administração. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 13, n. 2, 2012.

MOTTA, Fernando C. Prestes. O estruturalismo na teoria das organizações. **Revista de administração de empresas**, v. 10, n. 4, p. 23-41, 1970.

OLIVEIRA, Josiane Silva de; CAVEDON, Neusa Rolita. Micropolíticas das práticas cotidianas: etnografando uma organização circense. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 2, p. 156-168, 2013.

PATRUS, Roberto; LIMA, Manolita Correa. A formação de professores e de pesquisadores em administração: Contradições e alternativas. **Revista Economia & Gestão**, v. 14, n. 34, p. 4-29, 2014.

PAULA, Ana Paula Paes de; RODRIGUES, Marco Aurélio. Pedagogia crítica no ensino da administração: desafios e possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. SPE, p. 10-22, 2006.

QUEIROZ, H. A. Administração política e Guerreiro Ramos: epistemologia e método. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 2, n. 2, p. 263-287, 2015.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Modelos de homem e teoria administrativa. **Revista de administração pública**, v. 18, n. 2, p. 3-12, 1984.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

SANTOS, Elinaldo Leal; SANTOS, Reginaldo Souza; BRAGA, Vitor. Administração do desenvolvimento: percepções e perspectivas da comunidade científica da

ANPAD. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 77, p. 263-284, 2016.

SANTOS, Elinaldo Leal. O campo científico da administração: uma análise a partir do círculo das matrizes teóricas. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 15, n. 2, p. 209-228, 2017.

SCHATZKI, Theodory. On organizations as they happen. **Organization Studies**, London, v. 27, n. 12, p. 1.863-1.873,-2006.

SCHATZKI, Theodory. The Sites of Organizations. **Organizations Studies**, London, v. 26, n. 3, p. 465-484, 2005.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil**. Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 2000.

SILVA, Eduardo Damião da; COSTA, Rodrigo Souza da. Uma reflexão epistemológica sobre o status científico da administração sob a ótica dos critérios de demarcação científica de Popper, Kuhn e Lakatos. **Revista de Ciências da Administração**, v. 25, n. 3, p. 1-15, 2019.

TONELLI, Maria José; ZAMBALDI, Felipe. Ciência responsável e impacto social da pesquisa em Administração. **Revista de Administração de Empresas**, v. 58, n. 3, p. 215-216, 2018.

WOOD JR, Thomaz; COSTA, Caio César Medeiros; LIMA; Giovanna de Moura Rocha; GUIMARÃES; Rosana Córdova. Impacto social: Estudo sobre programas brasileiros selecionados de pós-graduação em administração de empresas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 20, n. 1, p. 21-40, 2015.

WOOD JR, Thomaz; DE MEDEIROS COSTA, Caio César. Avaliação do impacto da produção científica de programas selecionados de pós-graduação em Administração por meio do índice H. **Revista de Administração**, v. 50, n. 3, p. 325-337, 2016.

Recebido em 2021-06-14

Publicado em 2022-03-01